

NOTA PÚBLICA - SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026 PELA SOBERANIA BRASILEIRA, POR NOSSA CASA COMUM, PELA VIDA E PELA DEMOCRACIA

“Se estes se calarem, as próprias pedras clamarão.” (Lucas 19,40)

“Tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, fui forasteiro e me acolhestes.” (Mateus 25, 35-36)

Chegamos ao **segundo turno de 2026 e o silêncio tornou-se conviência**. Não é possível calar quando o que está na disputa eleitoral não é apenas um projeto de governo, mas o próprio pacto social-democrata inscrito na Constituição de 1988, ameaçado de desmonte e destruição pela extrema-direita.

A escolha no segundo turno está diretamente ligada à **vida concreta de pessoas ameaçadas pelo desmonte de políticas públicas**. A **soberania** de decidir o nosso futuro, o **destino de nossa Casa Comum** e a **permanência do Estado Democrático de Direito** estão em disputa nas eleições.

1. Pela soberania, que não é palavra vazia!

Soberania, nos termos dos artigos 1º e 4º da Constituição de 1988, é a capacidade de um povo ser dono do seu próprio destino. Não é discurso nacionalista.

É, também, **soberania alimentar**: quando um país que produz comida para o mundo, ainda tem pessoas com fome, a soberania é violada.

É **soberania sanitária**: manter e ampliar um SUS forte, com uma vigilância sanitária que enfrente as pressões de setores privados, com produção nacional de vacinas e medicamentos, sem depender de outros países.

É **soberania ambiental**, científica e digital: decidir aqui a proteção dos bens comuns e o uso de nossas riquezas — da água, do lítio ao nióbio —, sem entregar o Pré-sal, sem renunciar à nossa voz no Sul Global, sem se tornar colônia exploratória dos EUA, sem submeter nossos dados e nossa democracia a plataformas digitais estrangeiras. **É um Brasil que não se curva e não se vende!**

2. Pela Casa Comum, que não é tema secundário!

Como nos ensina a *Laudato Si'* do Papa Francisco, não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental.

Defender direitos socioambientais não é pauta acessória. É garantir que a Amazônia e todos os biomas e seus povos permaneçam vivos; que as águas permaneçam limpas; que os povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais — que sempre cuidaram desta terra — tenham demarcação, respeito e reparação. Cuidar da natureza é pré-condição para que haja futuro e para que a vida, em todas as suas formas, possa continuar.

3. Pela vida e pela democracia, que são inseparáveis!

Decidimos apoiar o projeto representado por Luiz Inácio Lula da Silva porque ele reinscreve a política no seu lugar mais elementar: cuidar das pessoas, recolocar comida e dignidade no prato, gerar emprego e valorizar o salário, fortalecer o SUS, a previdência social e a educação pública como direitos.

É um projeto que entende o trabalho não como mercadoria, mas como direito e dignidade; que olha com atenção preferencial para quem foi historicamente abandonado — negros, mulheres, povos originários, periferias — e que trata a democracia não como formalidade, mas como um bem que se constrói com verdade, respeito, participação e encontro, na contramão da máquina do ódio e da mentira da extrema-direita.

Cada pessoa, em sua consciência, faz seu discernimento e seu voto. **Ninguém tem o direito de instrumentalizar a fé para dizer ao outro como agir.** Mas ninguém tem o direito de nos calar quando os mais vulneráveis, a independência do país e a proteção do nosso ambiente estão sob risco.

Votar em Lula no segundo turno é, portanto, traduzir valores em políticas públicas. É decidir que a vida vale mais que o lucro, a exclusão e a morte; que a verdade vale mais que a mentira e o ódio; que o Brasil pertencerá aos brasileiros(as).

Considerando, então, a gravidade do momento político atual e as duas opções colocadas ao escrutínio da população, avaliamos que **a reeleição de Lula é a que se configura como possibilidade de garantia da democracia e do estado de bem-estar social.**

Brasília, 17 de outubro de 2026.

CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz
CJP - Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Santarém-PA
Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara
Comissão Justiça e Paz da Diocese de Colatina/ES
Igreja Anglicana do Brasil, Juiz de Fora - MG
MEB – Movimento de Educação de Base/ Núcleo Recife/PE
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Dois Vizinhos - PR
CEBs, Santarém Pará
TeoMulher, Campinas SP
Projeto Interfaces, Nova Lima, MG
Irmandade Progressista, São Paulo/SP
Grupo de Fé e Política Pe João Chribbin RJ
GEPEI - Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção Pedagógica em Corporeidade, Arte, Cultura e Educação para as Relações Étnico-raciais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Ação Diaconal Ecumênica, Vitória - ES
Pastoral da Ecologia Integral, Canoas RS
Equipe Pedagógica Curso de Cidadania e Políticas Públicas Arq. Olinda e Recife/PE
ComJunto - Educação e Comunicação, São Paulo, SP
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Colatina – COOPAF, Colatina ES
Pastoral Fé e Política da Diocese de Campo Limpo São Paulo
Comissão Justiça e Paz de Brasília - CJP/DF
Observatório da Comunicação Religiosa - OCR
Fórum Igrejas e Sociedade em Ação - Arquidiocese de Vitória ES
Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Direito e Direitos Socioambientais, São Paulo
Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife/PE
Associação Regional de Proteção Ambiental de Capelinha – ARPA, Capelinha MG
Comissão Regional Justiça e Paz - Sul 1 - Estado de São Paulo
Semeadores da Laudato Si, Brumadinho - Minas Gerais
Batalha da Pista – BDP, Capelinha, MG
Casa da Cultura de Capelinha, MG
Associação de Mulheres Maria Felipa, Bahia
Pastoral Carcerária, Manaus AM
Associação Rural de Capelinha MG
Comissão Pastoral da Terra (Nacional)
Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte, MG
Fórum de Homens Capixabas pelo Fim das Violências contra as Mulheres, Vitória - ES
CEBs de Mossoró RN
Pastoral da Pessoa Idosa da Arquidiocese de Belo Horizonte, MG

Pastoral Familiar da Paróquia São Francisco de Assis, Manaus/AM
AMAU - Articulação Metropolitana da Agricultura Urbana de BH, Belo Horizonte/MG
Capítulo Laudato Si São Paulo, SP
Rede Mineira de Direitos Humanos, Belo Horizonte, MG
Coletivo Resistência Diaconal, Rio de Janeiro/RJ
Comissão Justiça e Paz da Diocese de Castanhal-PA
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras, São Luís, MA
CEBs Arquidiocesana de Manaus AM
Centro Popular de Formação da Juventude, Brasília, DF
Pastoral Operaria Arquidiocese de Campinas, SP
Pastoral Popular Luterana, Palmitos/SC
CEBs Campinas SP
Pastoral Nacional do Povo da Rua, Belo Horizonte, MG
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, São Paulo SP
Coletivo Minas Pró-reparações, Sabará MG
Serviço de Paz (SERPAZ), São Leopoldo, RS
Articulação do Grito dos Excluídos e Excluídas de Rondonópolis, MT.
Colegiada das CEBs do Sul 1, Estado de São Paulo
Pastoral Paroquial, Vitoria ES
ACAT Brasil - Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura, São Paulo SP
Irmãs Missionárias Combonianas do Brasil, São Paulo, SP
Coletivo de Aposentados da Prefeitura Municipal de Contagem MG
Pastoral da Juventude do Regional Nordeste 5 - Maranhão
Irmãs Missionárias Combonianas, Espírito Santo
Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte MG
Pastoral Afro Brasileira do Regional Leste 3 - Espírito Santo
Irmãs Mensageiras do Amor Divino, Aparecida, SP
Pastoral Carcerária Leste 3 – Espírito Santo
Paróquia Santíssima Trindade, Santa Luzia MG
Centro de Estudos Bíblicos CEBI-ES, Vitória ES
CEHILA-Brasil (Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe)
Fórum DCA – Defesa da Criança e do Adolescente/ES, Vitória//ES
Movimento Nacional Fé e Política